




ESTADO DO PARANÁ

Folha 1



DIGITAL

Órgão Cadastro: PMPR		Protocolo:	Vol.:
Em: 07/06/2018 11:48		15.233.053-7	1
CPF Interessado 1: 644.840.419-87			
Interessado 1: MAURO CELSO MONTEIRO			
Interessado 2: -			
Assunto: ENSINO SUPERIOR		Cidade: SAO JOSE DOS PINHAIS / PR	
Palavras chaves: AUTORIZACAO DE CURSO			
Nº/Ano Documento: 256/2018		Origem: PMPR/APMG	
Complemento: PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - PGLS			
Código TTD: -		Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica	



**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ**



Ofício nº E00256

São José dos Pinhais, 6 de junho de 2018.

Excelentíssimo Senhor Doutor:

A Academia Policial Militar do Guatupê, instituição de ensino superior, conforme preconiza a o art. 29, §2º da Lei nº 16.575/2010, vinculada academicamente à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), segundo o art. 6º da Lei nº 17.590/2013, visando à melhoria dos serviços prestados à população paranaense, oferecendo uma formação de maior qualidade aos integrantes da Polícia Militar do Paraná, está investindo na criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

2. Tendo em vista a constante necessidade de especialização de nossos policiais (Oficiais e Praças) na área do conhecimento de polícia comunitária e mediação de conflitos, a Divisão de Ensino da APMG, encaminhou uma proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Integrada em Polícia Comunitária e Mediação de Conflitos.

À Vossa Senhoria
Professor Doutor Carlos Alexandre Molena,
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Paraná.
Paranavaí, Paraná.
/MRSP

BR-277, Km 72, São José dos Pinhais – PR, CEP 83.075.000 Telefone (41) 3299-7954

PMPR/APMG

Ofício nº E00256

Fl. 2

3. Informo que após a proposta ter sido encaminhada pela Divisão de Ensino da APMG, proposta esta que foi coordenada pelo Professor Doutor da APMG, Major QOPM Dalton Gean Perovano, ela foi analisada e aprovada pelo Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, sendo, agora encaminhada para a PRPPG/UNESPAR, a fim de ser aprovada nos conselhos superiores, conforme preconiza o art. 4º, §1º da Resolução 011/2016 do COU/UNESPAR.

4. Saliento que, por força da Lei nº 17.590/2013, art. 6º, §3º, a Academia Policial Militar do Guatupê, para efeitos orçamentários e financeiros, é vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, portanto, tal curso não gerará ônus financeiros para a UNESPAR.

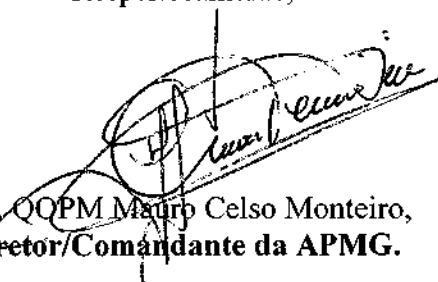
5. Informo, também, que o pagamento dos custos deste curso será realizado através do Programa Paraná Seguro – BID, do Governo do Estado do Paraná, contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 12 de janeiro de 2014, sendo firmado o Contrato de Empréstimo nº 3137/OC-BR, que tem como foco a redução dos índices de criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos, em condições de alta vulnerabilidade, bem como reduzir a reincidência de crimes entre jovens.

6. Entre as ações implantadas neste programa, está o subcomponente “1.1 Capacitação em atendimento comunitário, direitos humanos, mediação de conflitos e análise criminal” da componente “1. Eficácia policial na prevenção da criminalidade urbana”. A meta de execução do subcomponente 1.1 está na formação de 6.194 policiais, sendo eles 5.000 policiais militares, 1000 policiais civis e 194 servidores da Polícia Científica e este será um dos cursos previstos para serem executados neste programa.

7. Solicito que, uma vez aprovados pelos Conselhos Superiores da UNESPAR, os cursos sejam criados pelo Magnífico Senhor Reitor da UNESPAR, de forma a iniciar o cronograma de divulgação e seleção de candidatos, reiterando que, por força da Resolução nº 011/2016 do COU/UNESPAR, a tramitação da proposta de criação desses cursos é diferenciada, pela condição especial da Academia Policial Militar do Guatupê em sua vinculação acadêmica à UNESPAR.

8. Por fim, como os policiais formados neste curso de pós-graduação servirão como multiplicadores dos conhecimentos ali apreendidos, solicito que seja autorizada a realização de **3 (três) turmas deste curso de pós-graduação** a acontecerem entre os anos de 2018 e 2019.

Respeitosamente,


Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro,
Diretor/Comandante da APMG.

Universidade Estadual do Paraná – Unespar
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação –
RPPG

Diretoria de Pós-Graduação

ANEXO I

PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – PGLS

Proponente >> Colegiado de Curso >> Conselho de Centro de Área >> Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Câmpus >> Diretoria de Pós-Graduação >> Conselho de Câmpus

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso:	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA COMUNITÁRIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Coordenador:	Maj. QOPM DALTON GEAN PEROVANO
Colegiado:	
Centro:	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
Câmpus:	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
Área do conhecimento:	POLÍCIA COMUNITÁRIA
Resumo da Proposta:	
<p>O presente Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> tem por finalidade promover a preparação do profissional para o desempenho das atividades de planejamento e gestão, com o foco na integração das ações de segurança pública e defesa social, na concepção dos princípios de Polícia Comunitária.</p> <p>Os conceitos que serão desenvolvidos no decorrer do Curso qualificarão o discente à ocupação e operação de funções de gestão nas áreas de planejamento e execução, atuação na docência, e ainda incentivar à pesquisa científica no campo de estudo. A formação é pautada pelos modernos conceitos de polícia de proximidade e está relacionada à mobilização e interação dinâmica com a comunidade e demais componentes sociais, voltada à reflexão das condições objetivas comunitárias, à criação de soluções inteligentes, à gestão integrada da segurança e a consequente resolução conjunta, na prevenção e redução do crime.</p>	
Justificativa:	
<p>A Segurança Pública no Brasil prescinde de urgente revisão conceitual, seja nas estratégias que determinem a organização operacional, na administração de capital humano, na gestão coerente e efetiva dos recursos orçamentários e materiais, no planejamento de atuação conjunta entre as forças policiais, definição clara dos papéis institucionais, revisão dos quadros de pessoal, qualificação inicial e continuada, dentre outros aspectos, que após os trinta anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, mantém modelos que estão aquém de garantir a efetiva proteção da sociedade prescindindo de profundas reformas. A denominada Constituição Cidadã (Constituição Federal/1988), foi a primeira a incluir no seu texto um capítulo destinado especificamente à segurança pública, promoveu importantes avanços na legitimação da atuação da União, Estados e Municípios na formulação e execução de políticas de segurança para o setor.</p> <p>Nesse sentido, a Carta Magna trata no Artigo nº 144, que “[...] é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares”.</p> <p>As intercorrências ou falências nas grandes áreas como a educação, saúde e economia, em regra, poderão ser fatores determinantes para o surgimento de problemas sociais que demandam a atuação dos órgãos de segurança pública. Outros fatores como o sistema legislativo brasileiro (em especial o penal), a questão da persecução penal, o processo penal, a execução da pena e a ressocialização, compõem ainda o emaranhado de políticas públicas e encargos, que são divididos especialmente para a União e Estado brasileiros e que compõem o amplo processo de segurança pública.</p>	

Ressalta-se ainda que não se dispõe de norma infraconstitucional que descreva o papel das instituições de segurança pública de maneira precisa, com a definição das áreas jurídicas e circunscricionais de atuação e a perspectiva de gestão que deve ser empregada. No Artigo 144, §7º da Constituição Federal, define que "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades". Esse aspecto é de competência constitucional e serve para organizar e estruturar as polícias no País, que deve ser realizada com políticas de integração de segurança pública que contemplem a prevenção e o controle da criminalidade. Além dos fatores expostos decorre ainda que o intrincado sistema de segurança pública do Brasil apresenta dificuldade de interação, com a necessidade de ser administrado em sua integralidade, considerando suas características funcionais, estruturais e as variáveis de atuação.

O Supremo Tribunal Federal (STF) aponta que, para o cidadão, o direito à segurança é prerrogativa constitucional indisponível, e será garantida mediante a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, cabe ao Estado a obrigação de criar as condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso com qualidade aos serviços. Uma das alternativas governamentais foi a criação, por intermédio da Medida Provisória nº 821/2018, do Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP), responsável por coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com os demais entes federados, como tentativa de coordenar as ações das forças policiais e guardas municipais, considerando-se os elevados índices de violências no território nacional, dentre os quais o uso do principal indicador adotado pelo MESP, que é o homicídio, que no ano de 2017 deixou o saldo recorde de 61.283, conforme apontou o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017.

A segurança pública e defesa social carece de urgente discussão e perspectivas teóricas ou conceituais que permitam a reflexão nos modos de pensar e criar políticas cidadãs, pautadas nas agendas comunitárias e institucionais de cada força policial. Nesse sentido, os conceitos de Polícia Comunitária, que carrega as variáveis e termos como a polícia cidadã, polícia de proximidade, educador social, policial educador, gestão integrada da segurança, interação social, constituem itens fundamentais para o gestor, para que de maneira sistêmica, com ações simultâneas e coordenadas, promova a sinergia e efetiva interação dos segmentos de segurança pública e da população, como principal interessado, uma vez que necessita contemplar políticas sociais integrais.

Vale apontar que a maioria dos atendimentos à população é realizada pelas Polícias Militares e Polícias Civis, esta última com a média nacional de elucidação de homicídios de 5 a 8%, conforme Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017). As Polícias Militares são responsáveis pela maior parte do atendimento direto à população, responsável pelo atendimento de ocorrências criminais, mediações de conflitos e demais atendimentos supletivos à população, o que é um espaço social e institucional privilegiado para a aplicação dos conceitos de Polícia Comunitária.

Neste aspecto, a compreensão da segurança pública, sob a ótica da Polícia Comunitária, mostra-se capaz de colocar lado a lado a comunidade e profissionais de segurança, todos trabalhando em busca de soluções para os problemas locais e que dificultam o desenvolvimento pleno da sociedade, com a discussão, a partir de prospectos científicos, de alternativas que auxiliem a preservação da ordem pública e que coloquem em prática o desejo constitucional de transformar a segurança pública em um dever do Estado com responsabilidade de todos.

Sendo assim, por ser o tema complexo, o Curso de Especialização em Gestão Integrada da Segurança Pública, Polícia Comunitária e Mediação de Conflitos possui o desafio de contribuir para o aprimoramento de ações proativas na segurança pública que, por ações sistematizadas, possam colaborar para a preservação da ordem pública. Esse será o desafio.

Objetivos:

- a. Proporcionar aos profissionais da área da segurança pública e comunidade em geral, a reflexão, análise e a construção dos conceitos e perspectivas de Polícia Comunitária, e ainda os princípios de gestão integrada da segurança pública, de forma a possibilitar a compreensão a partir do estudo do fenômeno das diversas modalidades de violências e as respectivas relações de causalidade, na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e da educação para a paz;

- b. Formar os profissionais de segurança pública e agentes das comunidades para os processos de reflexão e solução conjunta de suas demandas, gestão de projetos sociais e comunitários, na promoção da mobilização comunitária;
- c. Incentivar a produção da pesquisa acadêmica para a área da Segurança Pública, a fim de contribuir para os processos de solução conjunta de problemas sociais e comunitários, e ainda desvelar novas perspectivas para a investigação científica.

Público Alvo:

O Curso é dirigido a policiais militares, policiais civis, policiais federais, bombeiros militares, guardas municipais, policiais rodoviários federais, agentes penitenciários, líderes comunitários, membros de Conselhos de Segurança Pública e a toda comunidade.

Requisitos para inscrição:

Ensino superior.

Critérios/Etapas de seleção:

O processo de seleção ocorrerá em duas etapas.

a. Primeira Etapa:

- 1) Consistirá da análise do *Curriculum Vitae* do Candidato(a) (preferencialmente no formato Currículo Lattes);
- 2) Será atribuída uma avaliação em escala de 0 (zero) a 10 (dez);
- 3) Os(as) Candidatos(as) serão selecionados(as) pela análise do *Curriculum Vitae*, e classificados até o número correspondente a 1,5 vezes o número de vagas;
- 4) A análise do *Curriculum Vitae* corresponderá ainda na prova de titulação, assim, serão considerados apenas títulos comprovados pelo(a) Candidato(a);
- 5) A comprovação dos títulos é de absoluta responsabilidade do(a) Candidato(a);
- 6) Serão considerados apenas os títulos indicados no "Quadro Análise do *Curriculum Vitae* e de Títulos";
- 7) O *Curriculum Vitae* deverá vir acompanhado das respectivas cópias autenticadas das comprovações dos títulos, na mesma sequência apresentada no Quadro a seguir. Os títulos não correspondentes aos critérios de validade serão desconsiderados, a critério da Comissão de Seleção de Pós-Graduação Lato Sensu;
- 8) O não preenchimento da sequência de títulos presentes na coluna ATIVIDADES/TÍTULOS do quadro a seguir, não inviabilizará a participação do(a) Candidato(a) no certame, uma vez que serão considerados a somatória dos escores dos documentos solicitados e comprovados;
- 9) Critérios de análise do *Curriculum Vitae*:

ATIVIDADES/TÍTULOS	PONTUAÇÃO	
	Por atividade	Máximo
Graduação em áreas afins com a segurança pública e defesa social	3,0 (por graduação)	3,0
Participação em Eventos Científicos (Congressos, Simpósios, Seminários, e outros)	0,4 (por Evento)	2,0
Publicação de resumos em anais de eventos científicos ou de extensão universitária	0,4 (por resumo)	2,0
Livro publicado, capítulo de livro publicado ou artigo científico publicado ou aceito em periódico especializado com classificação Qualis	1,0 (por publicação)	1,0
Participação como ouvinte em cursos com carga horária igual ou superior às 20h	0,2 (por curso)	2,0
	Pontuação máxima	10,0

Observação: constituem as Graduações em áreas afins, todos os Cursos em nível superior que contribuem para os propósitos de ensino, pesquisa e extensão, para os campos

de estudo em segurança pública e defesa social.

- b. **Segunda Etapa:** decorrente da entrevista com o(a) Candidato(a).
- 1) Será atribuída a avaliação em escala de 0 (zero) a 10 (dez);
 - 2) Os(as) Candidatos(as) classificados(as) na primeira etapa serão chamados(as) para a segunda etapa do processo de seleção, que corresponderá à realização de entrevistas;
 - 3) O roteiro de perguntas será estabelecido pela Comissão de Seleção de Pós-Graduação Lato Sensu;
 - 4) As entrevistas dos(as) Candidatos(as) aprovados(as) na primeira etapa da Seleção será realizada no período de 18 a 22 de fevereiro de 2019. Os respectivos horários das entrevistas e a ordem dos candidatos seguirá como critério a ordem alfabética, e será publicado na internet, página da UNESPAR.
- c. Na classificação final será considerado peso 4,0 (quatro) para a primeira etapa (análise do *Curriculum Vitae*) e peso 6,0 (seis) para a segunda etapa;
- d. A análise do *Curriculum Vitae* e a entrevista serão realizadas pela Comissão de Seleção, formada por Professores do Colegiado do Curso em epígrafe;
- e. Os critérios de desempate são os seguintes:
- 1) (1º) Maior nota na primeira etapa: análise do *Curriculum Vitae*;
 - 2) (2º) Ao persistir o empate terá preferência o(a) Candidato(a) de maior idade.

Carga Horária: 360 horas

Mínimo de Vagas: 20 pessoas

Máximo de Vagas: 30 vagas

QUADRO DE DISCIPLINAS

Nº	Disciplina	Carga horária	Ementa
01	Fundamentos de Polícia Comunitária na Política de Segurança Pública	30 horas	Estudo sobre os conceitos e perspectivas de Polícia Comunitária demonstrando as dimensões e atribuições legais do trabalho da polícia na sociedade. Serão discutidas questões como o ideal da Instituição Policial e as suas relações com a comunidade, bem como, as perspectivas históricas de polícia tradicional à polícia comunitária.
02	Metodologia de pesquisa científica aplicada à Polícia Comunitária	30 horas	Discussão sobre os conceitos básicos da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, como os enfoques de pesquisa os tipos de estudo, a classificações de pesquisa mais adequadas à elaboração do Artigo Científico e instrumentos de coleta de dados. Apresentação dos critérios de desenvolvimento do Artigo Científico. Produção e redação do Artigo Científico.
03	Ética, cidadania e direitos humanos	30 horas	Diferenciação entre Direitos Humanos e Estado e o estudo das diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos e suas interfaces com o Sistema Interamericano

			de Proteção dos Direitos Humanos. A legislação brasileira e as suas relações com os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direitos. Os Direitos Humanos e as discussões sobre segurança nas relações com Polícia Comunitária.
04	Sistema de Segurança pública	30 horas	Análise das características da segurança pública, o papel das forças armadas, identificando a garantia da lei e da ordem. Entender o poder de polícia, avaliando a evolução constitucional da carreira militar. Polícia comunitária no sistema de segurança. Sistema penitenciário.
05	Polícia Comunitária comparada e análise de cenários	30 horas	Discussão e análise das diferentes realidades de aplicação do policiamento comunitário e avaliação das diferentes características, técnicas e obstáculos presentes nas práticas de polícia comunitária.
06	Gestão de processos em Polícia Comunitária	30 horas	Aplicação das etapas de planejamento das ações de Polícia Comunitária baseado no Método IARA (identificação, análise, resposta e avaliação), com o foco na atividade preventiva primária, e no uso de ferramentas gerenciais, tais como o georeferenciamento e outros conjuntos de tecnologias para o mapeamento do crime e da violência, associados à inteligência policial e aliados à participação efetiva da sociedade são importantes para se evitar crimes.
07	Mobilização, organização comunitária e Conselhos Comunitários de Segurança	30 horas	Estudos sobre os arranjos e constituição da sociedade, comunidade e organizações associativas. Níveis de organização comunitária e a mobilização de pessoas como instrumento de inclusão social. Regulamentação e regulação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e a dinâmica de condução para reuniões comunitárias.
08	Educação em Polícia Comunitária: ações, projetos e programas	30 horas	Introdução aos conceitos de educação e sociedade com as interfaces sobre os estudos de pedagogia social, reforçando as ações especializadas nos âmbitos da educação social e educação escolar. Teoria do conflito e as funções e competências do educador social, para o desempenho do trabalho com populações de inseridas em ambientes de vulnerabilidade social. Discussão sobre a teoria bioecológica do desenvolvimento humano e as estruturas interpessoais como contextos de desenvolvimento humano e a construção do projeto social e relações com a segurança pública.
09	Mediação de conflitos na perspectiva de Polícia Comunitária	30 horas	Estudo sobre os conflitos interpessoais e as relações com a segurança pública. O contexto da mediação de conflitos e a mediação de conflitos interpessoais com o enfoque

			comunitário.
10	Análise criminal no contexto da segurança pública e planejamento institucional em Polícia Comunitária	30 horas	Gestão de dados e informações coletados em sistemas informatizados para as ações de planejamento e gestão integrada da segurança pública. O processo de análise visa a racionalização da aplicação do esforço policial, com a adoção de estratégias baseadas nos conceitos de Polícia Comunitária, fundamentados nas práticas de prevenção e interatividade comunitária.
11	Gestão de Projetos em segurança pública	30 horas	Definição de critérios objetivos de gestão e elaboração de projetos, na perspectiva de Polícia Comunitária, para as áreas afins de segurança pública e defesa social, vinculadas às fases dos processos de inicialização ao encerramento.
12	Cidades Inteligentes, Prevenção, Segurança e Sustentabilidade	30 horas	Diferenciação de segurança e sustentabilidade, com a abordagem sobre as experiências internacionais e nacionais de espaços de convivência urbanos seguros. O papel da segurança e da sustentabilidade urbana. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. As "smart cities" (cidades inteligentes) e o uso de tecnologias para a segurança das comunidades. Pressupostos sobre Polícia Comunitária e as cidades inteligentes.

PLANOS DE ENSINO

Disciplina: FUNDAMENTOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Docente: Cel. QOPM MAURO CELSO MONTEIRO

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Estudo sobre os conceitos e perspectivas de Polícia Comunitária demonstrando as dimensões e atribuições legais do trabalho da polícia na sociedade. Serão discutidas questões como o ideal da Instituição Policial e as suas relações com a comunidade, bem como, as perspectivas históricas de polícia tradicional à polícia comunitária.

Objetivos:

Capacitar os discentes para exercer as atividades de policiamento comunitário, tendo por base a proposta de implementação de ações de Polícia Comunitária e o desenvolvimento de serviços preventivos comunitários.

Conteúdos:

A Importância da Polícia. O ideal da Instituição Policial. Segurança como necessidade básica. A Polícia na satisfação das necessidades de segurança; Polícia Comunitária, conceitos e interpretações básicas. Relações entre a comunidade e segurança. Perspectivas históricas sobre polícia. Os dez princípios da Polícia Comunitária. Aspectos que não se enquadram na

perspectiva de Polícia Comunitária. Relação com a comunidade. Polícia de investigação e o agir como Polícia Comunitária. Implantação do modelo de polícia comunitária. Princípios da Polícia Moderna.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Fundamentos de Polícia Comunitária na Política de Segurança Pública serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Edições CAPEC, Gráfica Editora Berthier, Passo Fundo, RS, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: **FACES, Universidad Central de Venezuela**, p. 95-110, 2004.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Entre facticidade e validade. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LANDIM, L. **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro: NAU, 1998. 288p.

LYRA, R. P. (org.) **Participação e segurança pública no Brasil: teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Disciplina: METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA À POLÍCIA COMUNITÁRIA

Docente: Maj. QOPM DALTON GEAN PEROVANO

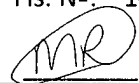
Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Discussão sobre os conceitos básicos da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, como os tipos de pesquisa, enfoques de pesquisa, classificações de pesquisa mais adequadas à elaboração do Artigo Científico. Apresentação dos critérios de desenvolvimento do Artigo Científico. Produção e redação do Artigo Científico.

Objetivos:

Proporcionar ao discente os conhecimentos necessários para a elaboração do Artigo Científico, a partir dos conceitos fundamentais sobre a Metodologia da Pesquisa Científica e a sua articulação com o objeto de estudo a ser investigado.


Conteúdos:

Discutir sobre as modalidades de Artigos Científicos, conforme estabelece a NBR/ABNT 6022. Apresentação do artigo de revisão bibliográfica e artigo empírico. Apresentar os conceitos científicos sobre os enfoques de pesquisa (pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa), tipos de investigação científica, classificação de pesquisa e a escolha do instrumento de coleta de dados. Desenvolver o tema de pesquisa, o problema e os objetivos da investigação científica. Elaborar a revisão de literatura. Elaborar a análise, interpretação e a discussão dos dados e conceitos. Preparar a apresentação do Artigo Científico para a Banca de Defesa.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada à Polícia Comunitária serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010;
- KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORF, J. V. **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PEROVANO, D. G. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social**. Curitiba: Juruá Editora, 2014.
- _____. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Disciplina: ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Docente: Cap. QOPM ELIESER ANTÔNIO DURANTE FILHO

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Diferenciação entre Direitos Humanos e Estado. Estudo das diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos e suas interfaces com o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. A legislação brasileira e as suas relações com os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direitos. Os Direitos Humanos e as discussões sobre segurança nas relações com Polícia Comunitária.

Objetivos:

Capacitar os discentes para exercer atividades de policiamento comunitário, tendo por base o conhecimento de Direito Humanos, ética e cidadania.

Conteúdos:

Conceituar Direitos Humanos e o Estado. Conhecer a Declaração Universal dos Direitos

Humanos. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. A legislação Brasileira e os Direitos Humanos. O estado democrático de direito. Interfaces dos Direitos Humanos e Segurança Pública. Direitos Humanos e Polícia. Relação entre Direitos Humanos e Polícia.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Ética, Cidadania e Direitos Humanos serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

BIELFELDT, H. **Filosofia dos Direitos Humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

CLAUDE, R. P. **Uma perspectiva comparada da tradição ocidental dos Direitos Humanos**.

FERREIRA FILHO, M.G. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2003.

HABERMAS; J. **Sobre a Legislação baseada nos Direitos Humanos**. Direito, Estado e Sociedade. Porto Alegre, 2000.

MORAES, A de, **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paul, Atlas, 2003.

SABOIA, G. V. **O Brasil e o sistema de proteção Internacional dos Direitos Humanos**, O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. São Paulo EDUSP.

Disciplina: SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Docente: Cap. QOPM CRISTIANO ISRAEL CAETANO

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Análise das características da segurança pública, o papel das forças armadas, com a identificação da garantia da lei e da ordem. Entender o poder de polícia, avaliando a evolução constitucional da carreira militar. Polícia Comunitária no sistema de segurança. Sistema penitenciário.

Objetivos:

Conhecer a estrutura do amplo sistema de segurança pública, com a identificação das atribuições específicas orgânicas e jurídicas de cada órgão componente do sistema, suas articulações e formas de integração organizacional.

Conteúdos:

Segurança como necessidade básica. Políticas brasileiras de segurança pública e evolução histórica. O papel da polícia na sociedade moderna. Sistema brasileiro de segurança pública e defesa social. O conceito de polícia, o poder de polícia, polícia administrativa e polícia judiciária. A polícia ostensiva na preservação da ordem pública e intervenções face a criminalidade e discricionariedade policial. A cidade e a comunidade como *lôcus* de atuação. Interfaces entre a Polícia Comunitária, a Constituição Federal e demais normas jurídicas

infraconstitucionais. Planos nacionais de segurança pública. Papel e composição do Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP). Projetos e Programas no âmbito Federal e Estadual para o fomento às ações de segurança pública. Preservação da ordem pública e a contribuição da Polícia Comunitária. O sistema penitenciário brasileiro.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Sistema de Segurança Pública serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

AMORIM, J. S. **Sistema nacional de segurança pública**: livro didático/Jorge Schorne de Amorim; design instrucional Daniela Erani Monteiro Will, Silvana Souza da Cruz Clasen. Palhoça: UnisulVirtual. 2009. 147 p.

BATITUCCI, E. C. A polícia em transição: O modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 65-96, 2011.

PINHEIRO, P. S. 1998. Polícia e Consolidação Democrática: o caso brasileiro. Em Pinheiro et al. 1998.

LAZZARINI, A. **Polícia de Manutenção da Ordem Pública e a Justiça**. Direito Administrativo da Ordem Pública. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1987.

REINER, R. **A política da polícia**. Edusp, 2004. (Série Polícia e Sociedade; n.º 9/ Organização: Nancy Cardia).

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOUZA, C. A. ALBUQUERQUE, M. L.. **Segurança pública**: histórico, realidades e desafios. 2017. Editora InterSaberes. Curitiba-PR.

VALLA, W. O. **Doutrina de emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 1ª ed. Curitiba: Associação da Vila Militar - Publicações Técnicas, 1999.

Disciplina: POLÍCIA COMUNITÁRIA COMPARADA E ANÁLISE DE CENÁRIOS

Docente: Ten.-Cel. QOPM VANDERLEY ROTHENBURG

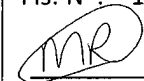
Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Discussão e análise das diferentes realidades de aplicação do policiamento comunitário e avaliação das suas diferentes características, técnicas e obstáculos presentes nas práticas de polícia comunitária.

Objetivos:

Possibilitar aos alunos conhecer, discutir e analisar as diferentes realidades de aplicação do policiamento comunitário e avaliar diferentes características, técnicas e obstáculos presentes nas práticas de polícia comunitária.


Conteúdos:

Escolas de polícia anglo-saxônica e oriental. Os modelos de polícia e a cultura dominante. A história da polícia comunitária. Modelos de Polícia Comunitária internacional. Condições para continuidade da Polícia Comunitária. Modelos de projetos e programas de Polícia Comunitária em âmbito nacional e paranaense. Análise da estrutura e funcionamento do Programa Patrulha Escolar Comunitária da Polícia Militar do Paraná (PEC) e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Estudos sobre os parâmetros de planejamento de projetos e programas, políticas e as ações em Polícia Comunitária.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Gestão de Polícia Comunitária Comparada e Análise de Cenários serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

ABREU, R. D. **Estudo comparativo sobre a efetividade e o efeito de projetos e programas desenvolvidos pela Polícia Militar do Paraná na perspectiva de polícia comunitária.** Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, APMG, São José dos Pinhais, 2015.

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa.** Tradução René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Série Polícia e Sociedade; nº 1).

GOEDERT FILHO, V. **Práticas comunitárias da Polícia Militar do Paraná: reflexões na perspectiva da psicologia social comunitária como processo educativo.** 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PINHEIRO, P. S. 1996. O Passado não está morto: nem passado é ainda. Em Gliberto Dimenstein, **Democracia em Pedagogia: Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras.

MARCINEIRO, N. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades.** Florianópolis: Editora Insular, 2009.

MUNIZ, J. et al. **Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário.** *Tempo social*; Ver. Sociol. USP, SP, v. 9, n. 1, p. 197-213, 1997.

PERES, M. R. S. **Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia: repercussões psicossociais e pedagógicas.** 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, n. 9, p. 45-56, 1991.

ROLIM, M. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

Disciplina: GESTÃO DE PROCESSOS EM POLÍCIA COMUNITÁRIA

Docente: Ten.-Cel. PM JORGE EDUARDO TASCA

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Aplicação das etapas de planejamento das ações de Polícia Comunitária baseado no Método IARA (identificação, análise, resposta e avaliação), com o foco na atividade preventiva primária, e no uso de ferramentas gerenciais, tais como o georeferenciamento e outros conjuntos de tecnologias para o mapeamento do crime e da violência, associados à inteligência policial e aliados à participação efetiva da sociedade são importantes para se evitar crimes.

Objetivos:

Proporcionar ao aluno os conhecimentos e o exercício intelectual, a partir da aplicação do Método IARA, derivadas de situações simuladas de casos concretos, apresentar o como um processo de resolução de problemas para a comunidade, a partir do uso de ferramentas de gestão, participação das pessoas da comunidade na criação de soluções inteligentes e personalizadas.

Conteúdos:

Planejar em conjunto com a comunidade estratégias institucionais para as ações de Polícia Comunitária. Discutir os princípios de gestão da polícia moderna. Descrever as quatro etapas do Método IARA (identificação, análise, resposta e avaliação), com a adoção das respectivas ferramentas de gestão para cada fase do processo, com a elaboração do Plano de Ação de Policiamento Comunitário (PAPC). Descrever o Método de Resolução Sumária de Problemas (RSP) para a solução de problemas comunitários.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Gestão de Processos em Polícia Comunitária serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

BAYLEY, D. H. *Police for the future. Summary.* Disponível em www.albany.edu/scj/bayley.htm, acessado em 2 de setembro de 2016.

DANTAS, G. F. de L. **Em busca de um modelo de gestão da segurança pública:** policiamento comunitário. 2007.

GOLDSTEIN, H. *Problem-oriented Policing.* New York: McGraw-Hill, 1990.

MORAES, A. de. **Direitos Humanos Fundamentais:** teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. – São Paulo: Atlas, 1998.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policiamento comunitário:** questões e práticas através do mundo. São Paulo: EDUSP: 2002.

SOUZA, C. A. **Polícia Comunitária e Gestão Integrada.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

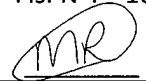
TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento comunitário:** como começar. 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

HIPÓLITO, M. M.; TASCA, J. E. **Superando o mito do espantalho.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária.** Brasília: 2007.

Disciplina: MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA
Docente: 1º Ten. QOPM VALDIR GOEDERT FILHO
Carga horária: 30 horas/aula

<p>Ementa:</p> <p>Estudos sobre os arranjos e constituição da sociedade, comunidade e organizações associativas. Níveis de organização comunitária e a mobilização de pessoas como instrumento de inclusão social. Regulamentação e regulação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e a dinâmica de condução para reuniões comunitárias.</p>
<p>Objetivos:</p> <p>Capacitar os discentes para compreender, planejar e exercer em conjunto com a comunidade, as atividades de mobilização social, baseado na proposta de implementação de ações de polícia comunitária e o desenvolvimento de serviços preventivos comunitários.</p>
<p>Conteúdos:</p> <p>Comunidade: conceitos e definições. Mobilização da comunidade, vínculos, influências, formas de manifestação e coletivização. Composição e a participação no projeto social e comunitário dos seis grandes no processo de Polícia Comunitária. Conselhos comunitários, cenário e gênese. Conselhos comunitários de segurança a estrutura formal e informal. Coordenadoria dos conselhos comunitários de segurança pública. Diretrizes para integração com a comunidade e entidades representativas. Condução das reuniões: cooptação ou liberdade. Sensibilização do público interno. Estratégias de organização comunitária. Da autonomia ao controle social. Ativação, dissolução e reativação.</p>
<p>Procedimentos metodológicos:</p> <p>Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.</p>
<p>Avaliação:</p> <p>A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.</p> <p>Para a Disciplina de Mobilização, Organização Comunitária e Conselhos Comunitários de Segurança serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.</p>
<p>Bibliografia:</p> <p>BALESTRERI, R. B. Direitos humanos: coisa de polícia. Edições CAPEC, Gráfica Editora Berthier, Passo Fundo, RS, 2003.</p> <p>BAYLEY, L. A. Police for the future. New York: Oxford University Press. 1994.</p> <p>BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>COSTA, I. F. Polícia e sociedade. Gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.</p> <p>DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.</p>



HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Entre facticidade e validade. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LANDIM, L. **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998. 288p.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Disciplina: EDUCAÇÃO EM POLÍCIA COMUNITÁRIA: AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS

Docente: Profa. Dra. SÔNIA MARIA CHAVES HARACEMIV

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Introdução aos conceitos de educação e sociedade com as interfaces sobre os estudos de pedagogia social, reforçando as ações especializadas nos âmbitos da educação social e educação escolar. Teoria do conflito e as funções e competências do educador social, para o desempenho do trabalho com populações inseridas em ambientes de vulnerabilidade social. Discussão sobre a teoria bioecológica do desenvolvimento humano e as estruturas interpessoais como contextos de desenvolvimento humano e a construção do projeto social e relações com a segurança pública.

Objetivos:

Proporcionar ao discente os conhecimentos sobre a elaboração de projetos e programas educacionais, bem como a organização de ações de Polícia Comunitária.

Conteúdos:

Introdução aos conceitos de educação e sociedade. Educação e pedagogia social como ações especializadas. Âmbitos da educação social e educação escolar. Reflexões sobre violência em idade escolar e na comunidade. Teoria do conflito. Funções e competências do educador social. Atributos do educador social para o desempenho do trabalho com populações de vulnerabilidade social. Estruturas interpessoais como contextos de desenvolvimento humano. A teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Formação em educação social e o trabalho na área de Polícia Comunitária. Estudo e análise dos elementos do ambiente social. Construção do projeto social e relações com a segurança pública.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Educação em Polícia Comunitária: Ações, Projetos e Programas serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

_____. **A ecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de atenção primária**. V2 Brasília, Distrito Federal, 2013.

MORAES, A. de. **Direitos Humanos Fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. – São Paulo:

Atlas, 1998.

PEROVANO, D. G. **A formação de conceitos sobre drogas pelos estudantes do quinto ano do ensino fundamental**: uma leitura histórico-cultural-bioecológica da prevenção às drogas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

PETRUS, A. **Pedagogia social**. Barcelona: Ariel Educación, 1997.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policciamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: EDUSP: 2002.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papyrus, 2001.

Disciplina: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA PERSPECTIVA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

Docente: 1º Ten. QOPM CAROLINE COSTA

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Estudo sobre os conflitos interpessoais e as relações com a segurança pública. O contexto da mediação de conflitos e a mediação de conflitos interpessoais com o enfoque comunitário.

Objetivos:

Capacitar os discentes para desenvolver, com base na legislação e metodologia pertinente, as técnicas de mediação de conflitos, baseado na perspectiva de Polícia Comunitária.

Conteúdos:

Conflitos Interpessoais e as relações com a segurança pública. Conceito de conflito. As concepções sobre o conflito. Tipos de conflitos, peculiaridade e necessidade de soluções adequadas. A resolução pacífica do conflito. O método tradicional de resolução de conflitos: a jurisdição e o monopólio estatal. Meios apropriados de solução de controvérsias. Características desejáveis para o método auto-compositivo para a mediação de conflitos. A mediação, características e objetivo. Mediação como resolução do conflito e a mediação como transformação do conflito. A tomada de consciência das partes envolvidas. Mediação como processo de assistência ao procedimento decisório das partes. Requisitos para a mediação do conflito. O mediador e as etapas da mediação.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Mediação de Conflitos na Perspectiva de Polícia Comunitária serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

BRANDÃO, C. E. A. **Resolução de Conflitos, Manual de Formadores de Mediadores e agentes da paz**, Viva Rio, 2005.

BRAGHIROLI, E. M. **Temas de psicologia social**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

CAMARGO, C. A. de. **Cidadania e Autoridade**, PMESP 1997.

PRETTE, A. D.; PRETTE, Z. A. T. **Psicologia das relações interpessoais: Vivência pra o trabalho e grupo**. Editora Vozes 2001.

SERPA, M. N. **Teoria e prática da mediação de conflitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.

SILVA, J. R. **A Mediação e o processo de mediação**. São Paulo: Paulistanajur, 2015.

TROJANOWICS, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento comunitário como começar**, Rio de Janeiro PMERJ, 1994.

Disciplina: ANÁLISE CRIMINAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL EM POLÍCIA COMUNITÁRIA

Docente: Maj. QOPM RODRIGO PERIM DE LIMA

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Gestão de dados e informações coletados em sistemas informatizados para as ações de planejamento e gestão integrada da segurança pública. O processo de análise visa a racionalização da aplicação do esforço policial, com a adoção de estratégias baseadas nos conceitos de Polícia Comunitária, fundamentados nas práticas de prevenção e interatividade comunitária.

Objetivos:

Possibilitar aos discentes conhecer os processos de análise criminal, de avaliação de dados e informações para o desempenho das ações de planejamento e gestão operacional, nos âmbitos operacional, tático e estratégico de segurança pública.

Conteúdos:

Introdução a análise criminal. Teorias criminais e criminologia ambiental. Análise criminais e princípios de geoprocessamento e mapeamento criminal. Estatística aplicada à análise de dados e informações na segurança pública. Indicadores estatísticos de prevenção, Polícia Comunitária e a mensuração de resultados. A tecnologia da informação aplicada à análise na segurança pública. Planejamento institucional baseado na análise de dados e informações.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

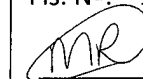
Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Análise Criminal no Contexto da Segurança Pública e Planejamento Institucional em Polícia Comunitária serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Série



Polícia e Sociedade; nº 1).

CÂMARA, C.; DAVIS, C. **Fundamentos de Geoprocessamento**. São Paulo: 1996.

FERNANDES, N.; FERNANDES V. **Criminologia Integrada**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, M.; SILVA, L.; CAMPAGNAC, V.; MARTINS, N. **51 Ferramentas para a Análise Criminal**. Rio de Janeiro, o autor. 2014. FURTADO, Vasco. Tecnologia e gestão da informação na segurança pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

KAHN, T. **Indicadores em prevenção municipal da criminalidade**. In: Prevenção da violência: o papel das cidades. Sento-Sé, J. T. (Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAGALHÃES, L. C. **Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade**. GIS Anais do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada. São Luís: 2007.

MARCINEIRO, N. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

SOUZA, C. A. **Segurança pública: histórico, realidade e desafios**/César Alberto Souza, Marinson Luiz Albuquerque. Curitiba: InterSaberes, 2017.

Disciplina: GESTÃO DE PROJETOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Docente: Maj. QOPM PAULO ROBERTO LIMA

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Definição de critérios objetivos de gestão e elaboração de projetos, na perspectiva de Polícia Comunitária, para as áreas afins de segurança pública e defesa social, vinculadas às fases dos processos de inicialização ao encerramento.

Objetivos:

Preparar o discente para que compreenda os princípios básicos para a elaboração do projeto e a sua gerência, com a aplicação de princípios de administração para planificar tarefas, organizar a equipe, controlar execução e escalonar os recursos disponíveis.

Conteúdos:

Entender os processos que envolvem o ciclo de vida do projeto, e as ações relacionadas à inicialização ao seu encerramento, com a adoção das respectivas ferramentas gerenciais de planejamento. Desenvolver habilidades para a gerência de projetos, com a realização de análise de cenários e riscos ambientais. Conhecer o papel do gerente do projeto nas organizações e as ações desenvolvidas no Escritório de Projetos. Articular os modos de captação de recursos financeiros, de meios gerais e o emprego adequado do capital humano na execução das atividades de execução do projeto.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Gestão de Projetos em Segurança Pública serão aplicadas as seguintes

modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

CARLOS, B. **Gerenciamento de projetos aplicado: conceito e guia prático**. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.

CRUZ, F. **Scrum e Guia PMBOK® unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DANIEL, J. **Gestão de Projetos: teoria, prática e tendências**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KERZNER, K. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman. 2002.

OLIVEIRA, O.J.; MELHADO, S. B. **O papel do projeto em empreendimentos públicos: dificuldades e possibilidades em relação à qualidade**. São Paulo: PUC/SP, 2001.

PARANÁ. **Manual Técnico de Orçamento 2015**. Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. Curitiba: 2015.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos** (Guia PMBOK). São Paulo: PMI, 2009.

SHENHAR, A. J.; DVIR, D. **Reinventing project management: the diamond approach to successful growth and innovation**. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

SLEVIN, D. P.; PINTO, J. K. **The project implementation profile: new tool for project managers**. Boston: Project Management Journal, 1986.

SOUZA, C. A. **A Base Física Como Suporte Do Policiamento Comunitário**. APMG/CSP-2007. São José dos Pinhais, 2007.

TILLMANN, P. A.; SCUSSEL, M. C. B.; FORMOSO, C. T.; MIRON, L. I. G. **Desafios para a gestão de projetos urbanos com elevada complexidade: análise do Programa Integrado Entrada da Cidade em Porto Alegre**. Revista Ambiente Construído. Porto Alegre: 2011.

Disciplina: CIDADES INTELIGENTES, PREVENÇÃO, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE

Docente: Cap. QOPM MARCELO TREVISAN KARPINSKI

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Diferenciação de segurança e sustentabilidade, com a abordagem sobre as experiências internacionais e nacionais de espaços de convivência urbanos seguros. O papel da segurança e da sustentabilidade urbana. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. As "smart cities" (cidades inteligentes) e o uso de tecnologias para a segurança das comunidades. Pressupostos sobre Polícia Comunitária e as cidades inteligentes.

Objetivos:

Proporcionar aos discentes os conhecimentos e pressupostos para o planejamento de ações em Polícia Comunitária, baseado na arquitetura contra o crime e nos estudos sobre cidades inteligentes, com o foco na segurança e sustentabilidade comunitária.

Conteúdos:

Diferenciar e compreender os conceitos de segurança e sustentabilidade comunitária. Abordar as experiências internacionais e nacionais referente à constituição de espaços urbanos seguros. O papel da segurança pública nos estudos sobre sustentabilidade urbana. A Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e segurança pública. A função das smart cities (cidades inteligentes) no desenvolvimento do planejamento urbano da

segurança das comunidades. Funções urbanas e hierarquias de cidades. Métodos e técnicas do planejamento urbano, o Plano Diretor do município, Planos Setoriais municipais e instrumentos de planejamento. O uso e a ocupação do solo da cidade. Tecnologia de segurança aplicada às cidades inteligentes. Polícia comunitária nas cidades inteligentes. Identificar e utilizar os conceitos de arquitetura contra o crime para a solução das demandas de segurança da comunidade.

Procedimentos metodológicos:

Exposições dialogadas, estudos de caso, trabalho em grupo cooperativo, leituras de textos, estudo dirigido.

Avaliação:

A avaliação formativa, prevista para a presente Disciplina, considera a perspectiva contextualizada do processo ensino-aprendizagem, que será realizada durante todo o seu percurso, e visa identificar se os objetivos propostos e a metodologia adotada estão possibilitando a construção de conhecimentos por parte do aluno.

Para a Disciplina de Cidades Inteligentes, Prevenção, Segurança e Sustentabilidade serão aplicadas as seguintes modalidades de Avaliação: debate, trabalho em grupo e prova objetiva.

Bibliografia:

BELTRÃO SPOSITO, M. E. **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano.** Curitiba, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos.** Coordenação Geral Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro. Brasília: Ministério das Cidades. Confea, 2005

CORBUSIER, Le. **O Espaço Urbano.** São Paulo, Ática. 2009.

KARPINSKI, M. T. **Arquitetura contra o crime: prevenção, segurança e sustentabilidade.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

LIMA JUNIOR, P. N. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”;** deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na terapia do planejamento urbano. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2010.

MANDARINI, M. **Segurança corporativa estratégica: fundamentos.** Barueri: Manole, 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, J. P. da. **Segurança empresarial e residencial.** Curitiba: Torre de Papel, 2004

TORU. I.; ISBISTER, K. **Kyoto Meeting on Digital Cities.** New York: 2000.

VASCONCELOS, E. A. **Mobilidade Urbana e cidadania.** Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2012.

YOVANOF, G. S.; HAZAPIS, G. N. **An architectural framework and enabling wireless technologies for digital cities and intelligent urban environments.** San Francisco: 2009.

CORPO DOCENTE

Nº	Nome	Instituição	Titulação	Vagas Orientação
01	MAURO CELSO MONTEIRO	APMG	MESTRE	3
02	DALTON GEAN PEROVANO	APMG	DOUTOR	4
03	ELIESER ANTÔNIO DURANTE FILHO	APMG	ESPECIALISTA	3
04	CRISTIANO ISRAEL CAETANO	APMG	ESPECIALISTA	3

05	VANDERLEY ROTHENBURG	APMG	ESPECIALISTA	3
06	JORGE EDUARDO TASCA	PMSC	MESTRE	3
07	VALDIR GOEDERT FILHO	APMG	MESTRE	3
08	SÔNIA MARIA CHAVES HARACEMIV	UFPR	DOUTORA	4
09	CAROLINE COSTA	APMG	ESPECIALISTA	3
10	RODRIGO PERIM DE LIMA	APMG	ESPECIALISTA	3
11	PAULO ROBERTO LIMA	APMG	ESPECIALISTA	3
12	MARCELO TREVISAN KARPINSKI	APMG	MESTRE	3

CRONOGRAMA GERAL

Período de divulgação	2 a 31 de janeiro de 2019
Período de inscrição	1º a 15 de fevereiro de 2019
Seleção	18 a 22 de fevereiro de 2019
Resultado de Seleção	25 de fevereiro de 2019
Matrícula	25 de fevereiro a 2 de março de 2019
Homologação dos alunos matriculados	6 de março de 2019
Início do Curso	15 de março de 2019
Encerramento das disciplinas	15 de setembro de 2019
Prazo final para a entrega das monografias	15 de outubro de 2019
Entrega do Relatório Final	25 de outubro de 2019

CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS

- A ser definido com os Professores.

ESTRUTURA DIDÁTICA

Controle de frequência:

Será realizado por intermédio de listas de presença, com a coleta das assinaturas dos alunos no início de cada hora-aula. Ao final do curso verifica-se o cumprimento da presença mínima em 75% das aulas de cada estudante a fim de lhe permitir a expedição do Certificado de conclusão do curso.

Trabalho de Conclusão de Curso:

Consistirá em um relatório de pesquisa na classificação de Artigo Científico, e terá o acompanhamento de um(a) orientador(a) e com a avaliação de Banca composta por três pesquisadores de áreas afins. A produção e os parâmetros de elaboração do Artigo Científico será regido pelas "Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e de Conclusão de Curso" da UNESPAR.

Certificação:

Será emitido o Certificado de "Especialização em Gestão Integrada da Segurança Pública,

Polícia Comunitária e Mediação de Conflitos” para os concludentes do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, com o aproveitamento de todas as disciplinas e no Trabalho de Conclusão de Curso.

RECURSOS FINANCEIROS

Especificação das despesas	Valor das despesas (R\$)
Obras e instalações	Não há previsão de gastos
Material permanente e equipamentos	3.940,00
Material bibliográfico	3.000,00
Outros serviços de ter. pessoa física	22.500,00
Outros serviços de ter. pessoa física	Custos CAD e fundação
Passagem e deslocamento com locomoção	4.000,00
Locação equip. de reprografia	2.550,00
Material de custeio	Não há previsão de gastos
TOTAL	35.990,00
CUSTOS RESOLUÇÃO CAD	Não há – Lei 17.590/2013, art. 6º, § 3º
CUSTOS CONVÊNIO FUNDAÇÃO	12.000,00
TOTAL COM ENCARGOS	47.990,00

PREVISÃO DE FONTES DE RECURSOS

Especificação das receitas	Valor das receitas (R\$)
Inscrição	Primeira mensalidade
Valor de mensalidades	12*250,00
N. mínimo de pagantes	20
Outras arrecadações	Não há previsão
TOTAL	60.000,00

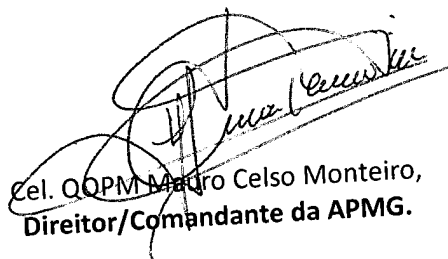
MR

APROVAÇÃO DO COMANDANTE DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ

PMPR
APMG
Gab. Cmdo.

Com base no art. 4º da Resolução nº 011 de 2016, do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Paraná, **aprovo** a presente proposta de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e encaminhamento para homologação dos Conselhos Superiores da UNESPAR.

São José dos Pinhais, 6 de junho de 2018.



Cel. QOPM Celso Monteiro,
Direitor/Comandante da APMG.